

# CONFORMIDADE E LEGALISMO: A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES RIO-PARDENSES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

*Marco André Cadoná<sup>2</sup>*

## Resumo

O artigo analisa o comportamento político da classe dominante rio-pardense na primeira metade do século XIX, dando ênfase aos seus posicionamentos referentes à rebelião farroupilha (1835 – 1845). Indica-se que a origem da classe dominante rio-pardense, vinculada à política de afirmação territorial do Império Português no sul do Brasil, bem como a defesa de seus interesses corporativos, constituíram-se em condições importantes para seu posicionamento contrário à rebelião farroupilha.

Palavras-chave: Rebelião Farroupilha, Rio Pardo, Comerciantes rio-pardenses, Legalismo.

## Abstract

This article analyzes the political behavior of the dominant class of Rio Pardo in the first half of the 19 century, highlighting its positions concerning the Farroupilha rebellion (1835 – 1845). We suggest that the origin of that dominant class (composed by military members and businessmen) was linked to the politics of territorial affirmation by the Portuguese Empire in southern Brazil as well as the defense of their corporative interests which turned out to be important elements in their opposition to the Farroupilha affair.

Keywords: Farroupilha rebellion; Rio Pardo; Rio Pardo businessmen; Legalism.

---

<sup>1</sup>Esse artigo é resultado de uma pesquisa inserida num projeto interdisciplinar, envolvendo professores dos Departamentos de Ciências Humanas, Economia e História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), organizado com o objetivo de analisar o processo de formação econômica, política e cultural do Vale do Rio Pardo. Numa primeira fase, esse projeto volta-se para o município de Rio Pardo, na medida em que até a segunda metade do século XIX foi esse município o centro econômico, político e cultural da região.

<sup>2</sup>Professor do Departamento de Ciências Humanas na Universidade de Santa Cruz do Sul, na área de sociologia.

São analisados, neste artigo, alguns pressupostos políticos e ideológicos que orientaram o comportamento político das classes dominantes em Rio Pardo durante a primeira metade do século XIX, sendo enfatizados os posicionamentos hegemônicos daquelas classes frente ao episódio mais importante na Província do Rio Grande durante o século XIX: a rebelião farroupilha.

O estudo está centrado nos posicionamentos da Câmara de Vereadores de Rio Pardo no período que vai de 1830 até 1850, em especial nas correspondências expedidas pela Câmara, além de suas atas de reuniões. A Câmara de Vereadores era, no período de análise, a principal instituição política dos municípios: além de cumprir a tarefa de normatizar as relações sociais existentes no município (por intermédio do Código de Condutas, por exemplo), era um importante instrumento de mediação política dos interesses locais com o Governo Provincial. Além disso, somente os indivíduos com maior poder econômico podiam ser eleitos vereadores<sup>3</sup> (também por uma parcela da população que detinha algum poder econômico), o que garantia que as classes dominantes tivessem, “naturalmente”, seus representantes naquela Instituição. Dessa forma, pode-se afirmar que as Câmaras de Vereadores refletiam as posições hegemônicas das classes dominantes nos municípios.

Procura-se demonstrar que as classes dominantes em Rio Pardo, constituídas fundamentalmente por comerciantes e militares, tinham, no período, uma posição conformista em relação às políticas do Império na Província do Rio Grande do Sul. Esses comerciantes e/ou militares eram, muitas vezes, oriundos do centro do País, chegando na província gaúcha através de campanhas militares de defesa dos interesses do Império no sul do Brasil. Além disso, muitos comerciantes residentes em Rio Pardo tinham fortes relações comerciais com comerciantes do Rio de Janeiro. Pressupõem-se que essas condições se constituíram em elementos importantes para um comportamento conformista em relação às políticas imperiais na província gaúcha e estiveram na base do posicionamento – hegemônico entre as classes dominantes em Rio Pardo – contrário à rebelião farroupilha e aos ideais que essa rebelião defendia.

### 1 Rio Pardo na Primeira Metade do Século XIX

Durante o século XVIII, Rio Pardo se constituiu em fronteira do Império Português ao sul do Brasil, sendo um importante posto militar. Em virtude das ainda muitas questões territoriais que vinham se definindo entre portugueses e espanhóis, e

<sup>3</sup> Numa listagem dos eleitores (votantes e elegíveis) rio-pardenses, datada de 1875, somente os ‘cidadãos’ com renda igual ou superior aos 400 mil contos de réis eram considerados elegíveis, ou seja, somente os indivíduos com maior poder econômico podiam ocupar o cargo de Vereador.

tendo em vista a localização geográfica do município, Rio Pardo teve uma significativa importância militar na defesa dos interesses do Império Português.<sup>4</sup>

O fator militar foi importante para o surgimento e consolidação do comércio no município. Osório (2000) afirma que o exército português, na campanha de demarcação dos limites do Império no sul do Brasil, trouxe consigo comerciantes (caixeiros viajantes, negociantes aventureiros) que, aos poucos, foram fixando seus negócios nas Vilas já existentes no território conquistado, entre as quais Rio Pardo.

“Outros comerciantes, os de menor cabedal e necessariamente mais aventureiros, acabaram por fixar-se definitivamente na fronteira do sul, acompanhando sua expansão. Antônio Alves Guimarães saiu em 1750 de Portugal para o Rio de Janeiro ‘para ali estabelecer algum comércio’; passou com seu negócio de fazendas para o porto de Rio Grande e depois para a povoação de Rio Pardo (...). Foi, portanto, um comerciante que acompanhou o exército português na campanha de demarcação de limites e na guerra guaraníca. Acabada esta, voltou com seu negócio ao quartel de Rio Pardo.”<sup>5</sup>

Rio Pardo, assim, que no início do século XIX era uma das quatro Vilas existentes na Capitania Geral de São Pedro, tornou-se aos poucos um pólo de entrada e saída de mercadorias para uma significativa região rio-grandense (Campos de Cima da Serra, Missões e Campanha), num período de ainda consolidação do território gaúcho.

Ao ser transformada em Vila, Rio Pardo passou por algumas mudanças que foram importantes para a sua consolidação como um centro urbano e comercial na Província do Rio Grande. Como Vila, Rio Pardo tinha uma Câmara de Vereadores, um procurador do Conselho, um escrivão de órfão, além de outros cargos ligados à administração pública; de igual forma, havia na Vila um pelourinho e era redigido o Código de Posturas, importante documento de regulamentação da vida econômica, social e política das Vilas e Cidades da época. Rio Pardo compreendia, então, as “freguesias de N.S.<sup>a</sup> de Cachoeira, Santo Amaro e São José de Taquari; as Capelas de Santa Bárbara de Encruzilhada, N.S.<sup>a</sup> da Assunção de Caçapava e Santa Maria da Boca do Monte; e os povoados de N.S.<sup>a</sup> do Rosário de São Gabriel e os Sete Povos das Missões.”<sup>6</sup>

Nicolau Dreys, comerciante de origem francesa que viajou, entre 1817 e 1825, pela Província de São Pedro anotando suas impressões sobre costumes, geografia, hidrografia, assim se refere a Rio Pardo:

<sup>4</sup> Dante de LAYTANO, *Almanaque de Rio Pardo*, p. 1.

<sup>5</sup> Helen OSÓRIO, *Comerciantes do Rio Grande do São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa*, p. 102.

<sup>6</sup> Sabrina Silva de SOUZA, *Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1800 – 1835)*, p. 27-28.

“As expedições de Porto Alegre para o Rio Pardo são tanto mais importantes, que a vila de Rio Pardo é uma espécie de depósito, donde as fazendas seguem para as povoações mais afastadas ao sul e a oeste, a navegação cessa ordinariamente, e em todos os tempos, para as canoas de carga, no Rio Pardo, e daí continua o transporte por terra (...) por meio de carros grandes puxados por três, quatro e mais fintas de bois. É desse modo, e por esse caminho, que penetram no vasto território das Missões quase todas as fazendas, gêneros alimentícios e líquidos, que ali se consomem ...”<sup>7</sup>

Favorecida pela presença do Rio Jacuí, Rio Pardo importava produtos que chegavam até a Vila – vindos de Porto Alegre – através de grandes canoas. Essas canoas transportavam, ao mesmo tempo, produtos que os comerciantes rio-pardenses negociavam nas regiões que abasteciam e a produção local, com a qual pagavam os produtos importados.

Para Souza (1998), o fato de Rio Pardo abastecer uma ampla região da Província configurava uma “rede de relações comerciais” que ligava vários pontos nos quais o comércio de Rio Pardo se desenvolveu.

“... a cidade de Rio Pardo era o ponto central para onde convergiam os negociantes e comerciantes. De seu ponto e de suas casas de comércio saíam as mercadorias para os outros pontos do Rio Grande do Sul. A rede de relações comerciais era intensificada através de estradas e dos rios. Ela poderia apresentar formas distintas, uma delas é a noção de ‘malha quadriculada’, que reforçaria por sua vez outra idéia, a de rede de relações.”<sup>8</sup>

Sendo um importante centro comercial da Província do Rio Grande do Sul, a figura do comerciante aparecia como um sujeito constituinte das classes dominantes em Rio Pardo. Osório (2000), ao analisar o processo de formação do grupo mercantil rio-grandense na segunda metade do século XVIII e início do século XIX (com uma amostra composta por proprietários das três principais praças no período: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo), defende que os “comerciantes-charqueadores” formavam o topo das classes dominantes rio-grandenses, seguidos pelos “rentistas urbanos”, formados por ex-charqueadores-comerciantes que investiam suas fortunas em negócios urbanos, como por exemplo na compra de imóveis; “comerciantes-agricultores”, cujos ativos principais dividiam-se entre bens rurais e bens comerciais; “comerciantes”, proprietários

<sup>7</sup> Nicolau DREYS, *Notícia descritiva da província do Rio Grande do Sul*, p. 7.

<sup>8</sup> Sabrina Silva de SOUZA, *Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1800 – 1835)*, p. 50.

de bens comerciais, dívidas ativas e prédios urbanos; “prestamistas”, cujo montante maior da fortuna estava em dívidas ativas; por último, os “estancieiros”, cujas fortunas estavam aplicadas na agropecuária e constituíam, muitas vezes, sujeitos cujas tentativas na carreira mercantil tinham fracassado.

No caso dos comerciantes de Rio Pardo, sabe-se, a partir do estudo de Souza (1998), que os mesmos tinham uma importância crucial na economia e na sociedade do município nas primeiras décadas do século XIX, em especial pelo espaço político que ocupavam.

“... o grupo analisado efetivamente desempenhou um papel decisivo, através do intercâmbio econômico, na formação e organização da sociedade e da economia, tanto rio-pardense quanto rio-grandense.”

Nesse estudo, a autora indica que os comerciantes rio-pardenses tinham uma participação efetiva na Câmara de Vereadores (“eles atuavam intensamente como administradores”), conseguiam obter postos militares, o que lhes garantia maior prestígio social, além de conseguirem matrícula na Real Junta do Comércio, o que significava uma distinção econômico-social.

“Para alcançar tal registro os comerciantes não apenas precisavam ser revendedores de mercadorias, mas também deveriam importar e exportar gêneros, ter recursos suficientes para o pleno andamento dos seus negócios e dominar a escrituração necessária à manutenção das atividades comerciais.”<sup>10</sup>

A influência dos comerciantes era, igualmente, de ordem social. Suas casas comerciais eram locais onde “cidadãos” se encontravam para conversas, discussões políticas, negócios. Por serem agentes econômicos a partir dos quais os produtos importados chegavam em Rio Pardo, influenciavam nos hábitos de consumo da população rio-pardense, como ilustra a autora a partir das cores das roupas que se utilizava em Rio Pardo no começo do século XIX.

“Os comerciantes tiveram um papel importante na difusão de novos modos de vestir, pois eram eles que iam diretamente à Corte buscar as fazendas e muitas vezes as roupas prontas.

<sup>9</sup> Sabrina Silva de SOUZA, *Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1800 – 1835)*, p. 210.

<sup>10</sup> Idem, *Ibid.*, p. 208.

“O estudo mais atento destas listas de tecidos demonstra uma gradativa presença de cores vivas e de tecidos mais ricos, sobretudo na Segunda década do século XIX. As cores ganhavam outros tons, como, por exemplo: escarlate, verde, cor de azeitona, amarelo, cor de pérola ...”<sup>11</sup>

Do Rio de Janeiro vinha a maioria das mercadorias comercializadas pelos comerciantes em Rio Pardo. Esses, não raras vezes, iam até lá para comprar essas mercadorias, estabelecendo trocas e buscando empréstimos junto aos comerciantes da Capital do Império. Daí resultavam estreitas relações comerciais, sendo ilustrativas as “sociedades comerciais”, em que um comerciante em Rio Pardo mantinha sociedade com outro comerciante localizado no Rio de Janeiro. A formação de sociedades comerciais tinha uma significativa importância para o comércio da época:

“As sociedades comerciais foram determinantes para o desenvolvimento da economia colonial. A união de esforços e recursos monetários representou uma das alternativas encontradas para a superação das dificuldades com grande possibilidade de êxito ...”<sup>12</sup>

A Coroa, igualmente, tinha uma grande importância nas relações econômicas e políticas estabelecidas pelos comerciantes em Rio Pardo. Como a Coroa Portuguesa não tinha funcionários o suficiente para controlar e receber impostos, esse serviço era “arrematado” por comerciantes locais que, em troca, tinham ganhos econômicos (benefícios e privilégios concedidos pela Coroa) e políticos, pois essas concessões serviam para diferenciar e destacar aqueles indivíduos que se associavam à administração portuguesa.

Note-se, ainda, que os comerciantes ocupavam importantes cargos públicos (vereador, juiz de paz, juiz de órfãos, juiz de barrete, procurador do conselho etc.). Muitas vezes, constituíam nas vilas um grupo seletivo que sabia ler e escrever, o que era um elemento definidor para assumir esses cargos. Tais cargos tinham uma importância política muito grande, pois, além de garantir uma posição social e política de destaque no município, seus ocupantes conquistavam prestígio político junto às autoridades governamentais (tanto do governo provincial quanto do governo imperial), o que era importante para o alcance de favores, para a solução de problemas ou, então, para encaminhar demandas relacionadas às atividades mercantis que os comerciantes realizavam.

<sup>11</sup> Idem, *ibid.*, p. 68.

<sup>12</sup> Sabrina Silva de SOUZA, *Comerciantes em Rio Pardo – RS: atuações comerciais e relações sociais (1800 – 1835)*, p. 120.

Dessa rede de relações (tanto com comerciantes do Rio de Janeiro quanto com a Coroa Portuguesa), que envolviam estreitos compromissos políticos, resultava uma aproximação muito grande entre os comerciantes em Rio Pardo e grupos sociais do centro do País. Além disso, como já afirmado, tanto comerciantes quanto militares residentes em Rio Pardo tinham, em sua maioria, origem portuguesa e chegaram a Rio Pardo através de campanhas militares de defesa dos interesses portugueses no sul do Brasil. Tratam-se de condições importantes para a construção de identidades sociais e políticas e para a definição dos interesses que, tanto comerciantes locais quanto a Coroa Portuguesa, tinham em relação ao sul do Brasil.

## 2 As classes dominantes em Rio Pardo e a Rebelião Farroupilha

A rebelião farroupilha, não somente pela sua duração mas, em especial, pela capacidade de resistência demonstrada pela oligarquia rural gaúcha frente às imposições do governo imperial, articuladas a partir dos interesses das oligarquias do centro do País, foi um dos principais episódios da história gaúcha e do próprio Império Brasileiro no século XIX.<sup>13</sup>

Um dos fatores que esteve na base do conflito farrapo foi a condição subsidiária da economia rio-grandense no cenário nacional, o que afetava os interesses econômicos dos latifundiários produtores de charque na província gaúcha. À oligarquia do centro do País interessava o abastecimento de charque, mas com o menor preço possível, o que a levava impor – junto ao governo imperial – baixos preços ao charque gaúcho e, ao mesmo tempo, uma política de importação que favorecia a entrada do charque platino no Brasil, concorrente do charque gaúcho. A situação se agravava ainda mais para os latifundiários gaúchos diante da política discriminatória de importação do governo imperial: para manter um certo equilíbrio na balança comercial, a política alfandegária brasileira favorecia a entrada de alguns produtos e dificultava a entrada de outros. Entre os produtos com a entrada dificultada estava o sal de cádis, produto importante na produção do charque gaúcho. Dessa forma, os interesses dos latifundiários rio-grandenses eram duplamente atingidos: por um lado, os preços aviltados do charque no mercado nacional; por outro lado, as altas taxas de importação ao sal de cádis. Interessava aos mesmos, nesse contexto, uma política de importação ao inverso daquela praticada pelo Governo Imperial: uma política protecionista em relação ao charque por eles produzido e baixos impostos para os produtos utilizados na produção do charque.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Sandra Jathay PESAVENTO, *Farrapos, liberalismo e ideologia*, p. 5.

<sup>14</sup> Sandra Jathay PESAVENTO, *Farrapos, liberalismo e ideologia*; Helga I. L. PICCOLO, *A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional*; Décio FREITAS, *Farrapos: uma rebelião federalista*.

A esta questão econômica somava-se a questão política. O governo monárquico praticava uma política autoritária e centralizadora que se manifestava nas províncias, entre outras coisas, através da nomeação dos presidentes, não raras vezes não identificados com os interesses econômicos das oligarquias regionais.

“... D. Pedro outorgou em 1824 a carta constitucional que consagrou o princípio de um Estado centralizado onde as províncias continuavam a não ter autonomia política, administradas que seriam por presidentes de nomeação imperial, tal como havia sido aprovado pela Assembléia Constituinte. (...) O processo de interiorização da metrópole iniciado por D. João VI se institucionalizava em 1824, mantendo as províncias amarradas ao Rio de Janeiro.”<sup>15</sup>

Em consequência das pressões das oligarquias de diferentes províncias, o governo imperial buscou amenizar os efeitos da política centralizadora de D. Pedro I, quando em 1834 instituiu as Assembléias Provinciais. No entanto, os presidentes provinciais continuavam sendo nomeados pelo poder central, tendo poder de veto sobre as leis aprovadas pelas Assembléias Provinciais.<sup>16</sup>

Nesse contexto, a rebelião farroupilha expressou a insatisfação da oligarquia pecuarista rio-grandense em relação à hegemonia política das classes dominantes do centro do País junto ao Governo Imperial e o conseqüente tratamento dado por esse governo às questões econômicas e políticas de interesse dos latifundiários rio-grandenses, tanto na Província (o desejo de maior espaço e autonomia na definição das políticas provinciais) quanto no próprio País (o desejo de uma política protecionista em relação à economia local). Insatisfação, no entanto, que não era compartilhada por todas as frações das classes dominantes rio-grandenses. Como afirma Freitas (1985), os farrapos não obtiveram “o apoio de outras importantes categorias sociais. Os principais centros urbanos da época (...) não apenas deixaram de apoiá-los como lhes foram francamente hostis, tomando as armas ao lado do Império.”<sup>17</sup>

Rio Pardo, como um dos principais centros urbanos da época na província rio-grandense, foi amplamente visado pela rebelião farroupilha. No período em que ocorreu a rebelião, Rio Pardo esteve ora em mãos dos farrapos, ora nas mãos dos imperialistas. Segundo as anotações de Resende (1993), pelo menos quatro vezes a vila esteve nas mãos dos farrapos. Em uma das vezes em que as forças farroupilhas tomaram Rio Pardo, ocorreu um dos combates mais sangrentos de todo o período em que se estendeu a rebelião: o combate do Barro Vermelho (1838). Nesse combate, as forças imperiais sofreram uma

<sup>15</sup> Helga I. L. PICCOLO, *A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional*, p. 39.

<sup>16</sup> Idem, *ibid.*

<sup>17</sup> Décio FREITAS, *Farrapos: uma rebelião federalista*, p. 117.

séria derrota, com 370 homens sendo mortos, além de 800 homens presos, num total de 1170 baixas no exército imperial (que tinha em Rio Pardo um efetivo de 1546 homens).<sup>18</sup>

A importância dos militares – muitas vezes oriundos de São Paulo e identificados com os interesses imperiais no território rio-grandense – e de comerciantes, um dos sujeitos sociais que mais resistiram em dar apoio à rebelião farroupilha, na formação da classe dominante em Rio Pardo já indica, por si só, a tendência de ser mais significativo no município um movimento de resistência à rebelião farroupilha e aos ideais por aquela rebelião defendidos.

Ainda que não represente um consenso entre a população e mesmo entre as classes dominantes no município, os posicionamentos dos vereadores, ao longo do período em que a rebelião ocorreu, indicam uma clara resistência dos grupos hegemônicos das classes dominantes em Rio Pardo em relação à Rebelião Farroupilha.

Nos documentos existentes que expressam os posicionamentos da Câmara de Vereadores de Rio Pardo no período não são encontradas muitas referências diretamente ligadas à rebelião farroupilha. No entanto, as manifestações da Câmara de Vereadores junto ao governo provincial ou então aos comandos militares da época indicam a resistência ao movimento. São significativas as manifestações da Câmara em relação aos novos presidentes da província no período: em todas as substituições no cargo de Presidente, a Câmara remetia correspondência ao novo Presidente desejando-lhe firmeza na condução do governo, acatando suas decisões como um cumprimento do dever e expressando a expectativa de uma solução ao conflito resultante da rebelião farroupilha, identificado em algumas correspondências como um movimento “anárquico”. Ilustrativo, nesse sentido, a correspondência enviada a Francisco Alves Machado na ocasião em que assumiu a Presidência da Província, em 1841:

“A Câmara Municipal desta Vila, órgão dos sentimentos dos habitantes de seu município, tem a honra de endereçar a Vossa Excelência os mais fiéis protestos de acatamento, e significativas simpatias, e regozijo que geralmente causam a estes povos em haver Vossa Excelência assumido as rédeas do Governo Provincial: por cuja nomeação deu o Governo Imperial mais uma prova do quanto almeja a felicidade desta infeliz Província, pois que esta Comarca não oscila em persuadir-se que tão acertada escolha só poderia na crise atual minorar a sorte dos Rio-Grandenses, até aqui flagelados com os horrores da guerra civil, e confiando por consequência na sábia administração de Vossa Excelência, e em seu afincamento a magna causa

<sup>18</sup> Alfredo VARELA, *História da grande revolução*.

da legalidade, e integridade do Império, e a par de tão digno comandante em Chefe de Exército, terá em breve dever sucumbir a anarquia, e viver estes Povos no gozo da mais duradoura felicidade.

“Digne-se pois Vossa Excelência aceitar benigno os protestos de respeito, obediência e consideração que a Vossa Excelência consagra esta Comarca e seu munícipes.”<sup>19</sup>

É verdade que nesse ofício está presente a expectativa de uma solução rápida ao conflito deflagrado pelos farroupilhas, talvez compartilhada em toda a Província. Rio Pardo, como já indicado, foi palco de várias batalhas, com perdas econômicas significativas decorrentes de saques sofridos pelo comércio do município ao longo da rebelião.<sup>20</sup> A solução do conflito representava, portanto, a possibilidade do restabelecimento de uma “normalidade” nos negócios dos comerciantes e no próprio desenvolvimento econômico do município.

Mas no ofício citado estão presentes (de uma forma muito explícita) alguns pressupostos que estiveram na base do debate político e ideológico realizado em torno da rebelião farroupilha. Num momento em que se discutia a possibilidade de uma ação dentro da legalidade ou uma ação de rompimento com a ordenação imposta pelo governo imperial na Província Rio-Grandense, os vereadores de Rio Pardo expressavam claramente a expectativa de uma ação, “com afinco”, *em prol da legalidade*; quando se discutia o ideal federalista, com a expectativa de uma maior autonomia para as elites locais nas definições regionais, os vereadores expressavam o desejo da manutenção da *integridade do Império*, o que implicava uma postura política de conformidade às políticas imperiais na Província Rio-Grandense.

Não é demais afirmar que os pressupostos ideológicos dos farroupilhas, ainda que definidos e redefinidos a partir dos interesses de classe dos segmentos hegemônicos no movimento, pois as idéias são apropriadas em formas diferenciadas, ao sabor das condições materiais nas quais se inserem os sujeitos sociais que se apropriam de tais idéias, eram o liberalismo, o federalismo (que resultou, dentro do movimento, na defesa do separatismo) e o republicanismo.<sup>21</sup>

A partir desses princípios os farrapos defendiam a minimização da intervenção estatal nas relações econômicas, bem como a idéia de que o “poder emana do povo”.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> Ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo, datado de 13 de fevereiro de 1841, para Francisco Alvares Machado, na ocasião em que assumiu a Presidência da Província do Rio Grande. Biblioteca Pública de Rio Pardo.

<sup>20</sup> Marina de Quadros RESENDE, *Rio Pardo: história, recordações, lendas*.

<sup>21</sup> Sandra Jathay PESAVENTO, *Farrapos, liberalismo e ideologia*; Helga I. L. PICCOLO, *A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional*; Décio FREITAS, *Farrapos: uma rebelião federalista*.

<sup>22</sup> Sandra Jathay PESAVENTO, *Farrapos, liberalismo e ideologia*.

No entanto, a minimização do Estado representava tão somente o interesse em limitar a ação do governo imperial naquilo que ameaçava os interesses econômicos dos estancieiros gaúchos, pois esses mesmos estancieiros reclamavam uma política protecionista favorável ao charque gaúcho. Na mesma direção, o poder político aparecia entre os farrapos como uma prerrogativa somente daqueles grupos com poder econômico, ou seja, da classe proprietária. O próprio projeto de Constituição Farroupilha (elaborado em 1843) definia que somente os proprietários poderiam ocupar cargos políticos: o candidato a deputado deveria ter uma renda anual superior aos 300 mil réis e um candidato a vereador deveria ter renda anual superior aos 100 mil réis. Ou seja, “a dita revolução gaúcha não poderia correr o risco de escapar ao controle da gente distinta.”<sup>23</sup> Dessa forma, os farrapos adaptaram o liberalismo em seu ideário político para justificar “a sua sublevação ante um poder central que, no seu entender, violava a soberania e ameaçava a preservação do domínio local dos estancieiros”.<sup>24</sup>

Ora, ao longo do período em que ocorreu a rebelião farroupilha, não se observam manifestações indicativas de uma simpatia entre as frações hegemônicas das classes dominantes em Rio Pardo aos ideais liberais. Antes pelo contrário, as manifestações dos vereadores são expressivas de um ideário defensor de um Estado centralizado e autoritário, com forte intervenção tanto no desenvolvimento econômico quanto no estabelecimento (a ferro e fogo) da ordem social.

Rio Pardo era um entreposto comercial. Essa condição remetia à necessidade de uma infra-estrutura favorável à realização dos negócios dos comerciantes. Nessa direção, ao longo do período analisado, são constantes as preocupações com estradas, com pontes, com transporte marítimo, com o acesso às regiões de onde chegavam produtos e para onde os comerciantes vendiam seus produtos. Na estruturação dessa infra-estrutura ao Estado era reclamado um papel de gestor e financiador. Inúmeros ofícios remetidos ao governo provincial no período de análise têm como conteúdo demandas por recursos financeiros para o fim indicado. Observa-se uma significativa dependência do município em relação ao governo provincial para a realização dessa infra-estrutura, o que pode ser colocado como um dos condicionantes da passividade e adesão aos governos provinciais observados nos posicionamentos da Câmara de Vereadores ao longo do período analisado. Dessa dependência resultava o interesse de que o governo provincial assumisse a tarefa de consolidar e ampliar uma infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do município.

<sup>23</sup> Luiz Roberto LOPEZ, *Revolução farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*, p. 34-35.

<sup>24</sup> Sandra Jathay PESAVENTO, *Farrapos, liberalismo e ideologia*, p. 22.

“Com o menor prazo esta Câmara levará à presença de Vossa Excelência em tempo oportuno, as informações que forem precisas em prol das necessidades do Município; bem como empenhará sempre (...) na parte que lhe pertença, para que a ordem pública se mantenha entre nós, como muito convém aos melhoramentos morais e materiais da Província.”<sup>25</sup>

Esse mesmo ofício expressa uma preocupação com a manutenção da “ordem pública”, onde igualmente é atribuído ao Estado um papel central. Ilustrativo, nesse sentido, um ofício enviado ao Governo Provincial, datado de 26 de março de 1850, onde a Câmara de Vereadores pede auxílios financeiros à Província para a contratação de “paisanos” aptos para a procura e para o aniquilamento de Quilombos existentes no município, identificados como ameaças à ordem social, moral e material do mesmo<sup>26</sup>.

“Sendo constante a existência de quilombos na Serra próxima a esta cidade, e tendo sido infrutuosas as diligências que se tem feito para os dissolver, por serem praticados por militares não acostumados a transitar matas condensadas, como são as da dita Serra, e mesmo pela impropriedade das armas que a cada passo os estorva na marcha, a qual deve ser com rapidez, e de noite, deliberou esta Comarca suplicar a Vossa Excelência enérgicas providências para que ditos quilombos sejam completamente extintos, o que talvez se possa conseguir fazendo-se suficiente paga a paisanos que há neste município, conhecedores dos lugares, e acostumados ao trabalho de sertanejo, e capazes de enfrentar as dificuldades que para o dito fim são precisos vencer.”<sup>27</sup>

Ademais, o liberalismo farrapo visava fundamentalmente a forma como o Governo Imperial intervinha nas questões econômicas e políticas na Província Rio-Grandense. Ora, a relação da Câmara de Rio Pardo com o Império, no período analisado, é de inteira subserviência. Bem registrado pela bibliografia existente sobre a história de Rio Pardo, os eventos relacionados com o Império (nascimento ou morte de membros da família real, casamentos, visitas do Imperador) causavam uma efervescência social e política no município. Resende (1993) registra a vinda de D. Pedro II e sua esposa, Imperatriz D. Teresa Cristina, a Rio Pardo no ano de 1846, afirmando que,

<sup>25</sup> Ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo a José Antônio Pimenta Bueno, Presidente da Província do Rio Grande, em 06 de março de 1850. Livro de Registro dos Ofícios da Câmara Municipal de Rio Pardo. Biblioteca Pública de Rio Pardo.

<sup>26</sup> No mesmo ofício encontram-se anotações, feitas por representantes do Governo Provincial, liberando recursos financeiros para os fins reclamados pelos vereadores rio-pardenses.

<sup>27</sup> Ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo ao Governo Provincial, datado de 26 de março de 1850. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

“A vila os recebeu com grande manifestação de alegria, realizando-se um solene Te Deum e muitas festividades em honra dos hóspedes imperiais, conservando-se iluminados, com lanternas, as fachadas das casas durante o tempo em que aqui permaneceram.”<sup>28</sup>

Mais importante ainda são as manifestações da Câmara em relação ao Império e à situação da província rio-grandense no mesmo. Já indicado neste relatório, os vereadores de Rio Pardo defendiam a integridade do Império, não sendo favoráveis a possibilidades separatistas. Aquela referência é ilustrativa de outras manifestações da Câmara de Vereadores no período em que se desenvolveu a rebelião farrapa, como por exemplo a carta enviada a D. Pedro II, datada de 16 de novembro de 1840, onde os vereadores manifestavam o desejo de que o Imperador conseguisse restabelecer a harmonia do País, negociando a paz “com os rebeldes”.<sup>29</sup>

Considere-se, ainda, que Rio Pardo se destacou historicamente por sua posição estratégico-militar no Império Português em relação ao sul do Brasil. Isso contribuiu para a consolidação de uma classe dominante no local marcada pela forte presença de militares. A disciplina militar e a identidade muitas vezes existente entre esses e os objetivos do Império determinavam uma postura legalista no comportamento político das classes dominantes do município. Esse legalismo expressava, muitas vezes, uma compreensão de que o dinamismo histórico (a política, a economia, a organização social) deveria seguir aquilo que a lei prescrevia, sem rupturas ou ameaças. No que diz respeito aos episódios relacionados à rebelião farroupilha, esse legalismo esteve presente desde o início da rebelião, quando da deposição – pela Assembléia Provincial – do então Presidente da Província Antonio Rodrigues Fernandes Braga.

Fernandes Braga acusou Bento Gonçalves, Bento Manoel Ribeiro e outros líderes políticos da época de desejarem a separação da Província da União Brasileira, ligando-se à região platina. Essas acusações “funcionaram como estopim da Revolta”. Bento Gonçalves tomou Porto Alegre (20 de setembro de 1835) e Fernandes Braga fugiu para a região de Rio Grande. Marciano Ribeiro foi nomeado para assumir interinamente o Governo Provincial. O Império, no entanto, impôs o nome de José de Araújo Ribeiro como o novo Presidente.<sup>30</sup> Na ocasião, a Câmara de Vereadores de Rio Pardo enviou correspondência a José de Araújo Ribeiro, assim se posicionando:

<sup>28</sup> Marina de Quadros Rezende, *Rio Pardo: história, recordações, lendas*, p. 51.

<sup>29</sup> Livro de Registro dos Ofícios da Câmara de Vereadores de Rio Pardo. Ofício datado de 16 de novembro de 1840. Biblioteca Pública de Rio Pardo.

<sup>30</sup> Luiz Roberto LOPEZ, *Revolução farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*.

“A Câmara Municipal dessa Vila de Rio Pardo (...) roga a Vossa Senhoria, a bem da tranqüilidade, que quanto antes queira vir para a Capital da Província, a fim de nela ser empossado na Presidência, conforme muito positivamente determina a lei de 3 de outubro de 1834. São estes os sentimentos desta Câmara, e dos cidadãos deste município, dirigidos observadores da lei, não poderão pensar de outra maneira. A Câmara afiança Vossa Senhoria, que são estes os desejos mais fortes da grande maioria dos cidadãos desta Província; certa sobre maneira convencida que este partido republicano que se diz existir na capital da Província, e que tenta deter a posse de Vossa Senhoria, é um falso boato, espalhado pelos perturbadores do sossego público, que segundo parece nada mais desejam do que apartar vossa excelência do caminho da lei, para assim chegarem aos seus fins particulares; para esta Câmara semelhantes intenções serão frustradas pela resolução de Vossa Excelência apresentando-se na Capital como lhe incumbe a lei, a fim de ser empossado da presidência, esperando ansiosa a Câmara desta vila por este passo de Vossa Excelência, julga assim dar uma prova inequívoca de seu amor à ordem, e obediência à lei ...”<sup>31</sup>

Como pode ser observado, neste ofício a Câmara de Vereadores de Rio Pardo faz referência a “um partido republicano” existente em Porto Alegre, acusado de “perturbar o sossego público”. Não foram encontradas referências sobre filiações dos dirigentes rio-pardenses no quadro político-partidário existente na época. No entanto, sabe-se que a partir de 1831 (início da fase regencial) configurou-se na província rio-grandense um quadro político-partidário formado, por um lado, pelos “caramurus” (identificados com o centralismo monárquico, sendo unitaristas, lusitanistas e restauradores) e, por outro lado, os liberais, divididos entre moderados e exaltados (entre esses últimos figuravam os federalistas e uma minoria republicana).<sup>32</sup> Dessa forma, pelo teor da carta enviada pela Câmara de Vereadores ao Presidente da Província, é possível apontar alguma identificação da Câmara de Vereadores de Rio Pardo com os “caramurus”.

Ao final da rebelião, as manifestações da Câmara de Vereadores demonstram que classes dominantes em Rio Pardo apoiaram a estratégia adotada pelo Império para “pacificar” a Província, dando apoio igualmente ao novo Presidente da Província, Duque de Caxias. Mantinha-se, assim, a postura favorável ao Império e à unidade deste, repudiando-se as investidas farroupilhas baseadas no republicanismo e no liberalismo.

<sup>31</sup> Carta enviada pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo a José de Araújo Ribeiro, Presidente da Província do Rio Grande nomeado pelo Império para substituir Fernandes Braga, datada de 04 de fevereiro de 1836. Livro de Registros da Câmara de Vereadores de Rio Pardo. Biblioteca Pública de Rio Pardo.

<sup>32</sup> Luiz Roberto LOPEZ, *Revolução farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*, p. 38.

“É com maior prazer que envio à Vossa Excelência o ofício que ontem me dirigiu o Senhor comandante da Guarnição desta Vila, acompanhado de outras, de participação que em 16 do corrente mês de fevereiro o Exmo. Sr. Barão de Caxias, Presidente desta Província, e Comandante Chefe do Exército, pelo qual consta a total derrota dos caudilhos David Canabarro, Neto, João Antônio e Guedez, a fim de que dando-lhes Vossa Excelência a publicidade, possam nossos concidadãos amantes das leis, do Altar e do trono regozijar-se festivamente conforme suas forças a permitir, e até mesmo talvez Vossas Excelências o queiram fazer com iluminação (...) o que sem dúvida não serão estranhos (...) cidadão de tão grande mérito e virtudes.”<sup>33</sup>

Não existe registro que nos indique se a Câmara levou ao pé da letra o que o Juiz Municipal sugeriu quanto aos festejos pela derrota dos farroupilhas. No entanto, é certo que a Câmara se manifestou junto ao Presidente da Província, Duque de Caxias, cumprimentando-o e depositando no mesmo a confiança do restabelecimento da ordem na Província.

“A esta Câmara Municipal foi presente o ofício de Vossa Excelência datado de 2 do corrente acompanhada dos exemplares da proclamação que dirigiu aos Rio-Grandenses por ocasião de se achar concluída a grande obra da Pacificação desta Província, recomendando toda a publicidade, e que empregamos nossos esforços para que desapareçam antigas desavenças, a fim de congratularem-se os Rio-Grandenses, e repararem os danos que tem sofrido este País ...”<sup>34</sup>

No período posterior à assinatura do acordo de paz entre forças farroupilhas e forças imperiais, os efeitos da rebelião sobre a economia rio-pardense e sobre os negócios dos comerciantes do local estiveram na pauta de preocupações e reivindicações da Câmara de Vereadores de Rio Pardo. Nos documentos que registram essas preocupações e reivindicações (relatórios da situação sócio-econômica do município, ofícios comunicando situação da infra-estrutura, cartas com demandas por recursos), revelam-se características importantes do comportamento político das classes dominantes de Rio Pardo naquele período.

<sup>33</sup> Ofício enviado pelo Juiz Municipal de Rio Pardo, João Barbosa Prado Lima, à Câmara de Vereadores de Rio Pardo, datada de 21 de novembro de 1844. Arquivo Histórico de Rio Pardo.

<sup>34</sup> Ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo ao Presidente da Província do Rio Grande, Duque de Caxias, datada de 26 de março de 1845. Arquivo Histórico de Rio Pardo.



Ainda em 1845, atendendo um pedido do então Presidente da Província, Duque de Caxias, a Câmara de Vereadores de Rio Pardo informou o Governo da Província sobre os problemas mais relevantes e as necessidades imediatas do município. Sob os efeitos da rebelião farroupilha, o Governo Provincial preocupava-se, naquele momento, em diagnosticar os problemas que aquela rebelião tinha causado, especialmente nos principais centros urbanos. É nesse sentido que o ofício “exige” informações sobre os principais problemas existentes em Rio Pardo. A Câmara de Vereadores respondeu a essa demanda nos seguintes termos:

“Esta Câmara teve muito prazer com a recepção da benéfica circular de Vossa Excelência de 15 de maio, pela qual exige informações circunstanciadas, e com urgência das necessidades deste Município; ao mesmo tempo na indicação de meios de remediá-los. Exmo. Sr., são tantas as necessidades deste município, que só para o futuro poderão remediar, e por isso esta Câmara se limita em apontar aquelas que dependem de pronto remédio a fim de não aniquilarem os rendimentos que o mesmo Município pode dar em proveito seu, da Província e da Nação. Tais são: a ponte do Rio Pardo está muito deteriorada (...) o caminho que vai dar à praia do Jacuí está ruim, o que tem causado muitas avarias ao comércio (...). Uma barca grande no Jacuí (...) a fim de facilitar a comunicação desta Vila com a Encruzilhada. A ponte do Coito (...). As calçadas das ruas mais necessárias para o transporte dos gêneros das importações e exportações desta Vila ...”<sup>15</sup>

Nesses ofícios e tantos outros que se referem às necessidades do município, duas questões ficam evidentes: a preocupação em melhorar as condições materiais necessárias para a consolidação e ampliação das relações comerciais estabelecidas a partir do comércio de Rio Pardo e a preocupação dos Vereadores em mostrar ao Governo Provincial que as obras eram necessárias para uma melhoria das condições de vida das “populações do município”, além de serem de interesse da própria Província, que poderia se beneficiar com aumento das receitas resultantes do fomento comercial que essas obras potencialmente poderiam provocar.

Interessante notar que as obras reclamadas, quando no meio urbano de Rio Pardo, muitas vezes tinham relação direta com os interesses do comércio. Destacam-se, entre essas, as referentes ao Porto e às calçadas, sempre referidas pelos Vereadores como

<sup>15</sup> Ofício enviado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo ao Presidente da Província do Rio Grande, Duque de Caxias, datada de primeiro de maio de 1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.



importantes “para o comércio do município”. Quando se tratavam de obras fora da região urbana, ainda mais se relacionavam aos interesses do comércio rio-pardense nas regiões de sua abrangência: pontes, estradas, barcas, todas compreendendo itinerários traçados pelos produtos que os comerciantes rio-pardenses ou compravam ou vendiam, eram as preocupações principais da Câmara de Vereadores de Rio Pardo no período de análise.

A preocupação com a consolidação das relações comerciais numa ampla região da Província levou, inclusive, as classes dominantes em Rio Pardo a se posicionarem contrárias às tentativas existentes no período de “emancipações” de Freguesias ou Distritos situados dentro dos limites daquele município. Como já afirmado neste texto, uma vez transformada em Vila, a Freguesia passava a ter uma vida político-administrativa própria, com Câmara de Vereadores, Juiz de Paz entre outras instituições públicas existentes nas Vilas naquele período. Ora, isso era fundamental para que se desenvolvesse uma vida econômica própria, que nem sempre mantinha suas relações econômicas com a Vila de origem. Para as classes dominantes em Rio Pardo, portanto, as tentativas de “desligamento” de suas freguesias representavam não somente a perda de espaço político como também do espaço econômico ocupado pelas mesmas.

Procurando evitar essa perda, no período de análise pode ser observado um movimento da Câmara de Vereadores de Rio Pardo junto ao Governo Provincial na tentativa de impedir que a Freguesia da Encruzilhada fosse nomeada Vila. Em alguns ofícios enviados ao Presidente da Província, durante o ano de 1848, a Câmara de Vereadores solicita ao então Presidente que intervenha junto à Assembléia Legislativa Provincial, impedindo que essa aceitasse o pedido, encaminhado por lideranças de Encruzilhada, de nomeação de Vila àquela Freguesia.

“A Câmara Municipal desta cidade, em sessão de hoje, aceitando a indignação de um de seus membros (...) e julgando ponderosas as razões nela imitadas, resolveu fazê-las chegar a presença de Vossa Excelência a fim de dignar-se expô-las à consideração da Assembléia Legislativa Provincial na próxima reunião, significando quão prejudicial se pode tornar a este Município da nomeação a categoria de Vila a Freguesia da Encruzilhada, nesta ocasião, em que a Comarca sente a falta das vendas necessárias não só ao engrandecimento da cidade, como para o melhoramento do seu público, desejando antes que fosse permitido a incorporação a este mesmo município a Freguesia de Santo Amaro, tendo por limites o rio Taquari ...”<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo ao Presidente da Província do Rio Grande, datado de 19.02.1848. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Note-se que nesse ofício, os Vereadores fazem referência explícita aos prejuízos que tal nomeação resultaria para o comércio (vendas) de Rio Pardo. É importante assinalar, ainda, que os vereadores referem-se aos prejuízos que a nomeação de Vila à freguesia da Encruzilhada representaria “nesta ocasião” (leia-se “naquele momento”) para o município de Rio Pardo. Essa referência certamente está relacionada com as conseqüências negativas da rebelião farroupilha para a economia do município, situação que, na visão dos grupos hegemônicos do município, se agravaria ainda mais com as pretensões de algumas freguesias de transformarem-se em Vilas.

Esse sentimento de uma crise que rondava a economia e o próprio município de Rio Pardo pode ser observado entre os vereadores rio-pardenses desde 1845. Naquele ano, a Câmara de Vereadores nomeou uma comissão para “investigar os melhoramentos materiais” que o município precisava. O relatório dessa comissão faz explícita referência às conseqüências negativas da rebelião farroupilha:

“O município, senhores, se acha numa decadência espantosa. Os nove anos da finada luta não passaram vãmente sobre a nossa terra. Numerosas ruínas, fortunas devastadas o atestam qualquer parte ...”<sup>37</sup>

Esse relatório é, aliás, um dos documentos existentes mais importantes do período analisado. A Comissão nomeada fez uma minuciosa observação e apresentação dos problemas existentes no município, sugerindo suas soluções como forma de garantir a prosperidade do comércio e do município de Rio Pardo.

“... os caminhos, que cruzam desta Vila para Santo Amaro e as costas do Taquary e Fachinais da Serra, devem merecer uma atenção especial e sérios cuidados de concerto (...) estradas próprias para os nossos carros e carretas, estradas que facilitem a extração do milho, da mandioca, ou das outras produções desta interessante porção do Município ....

“Motivos idênticos, idênticas circunstâncias, impelem a comissão para recomendar a construção de outra ponte no Passo da Cavallhada e a estrada que vem do Distrito e da Costa da Serra além do Rio Pardo; e com maior urgência ainda a abertura e franqueamento da Picada do Botucaray que comunica com estes o Distrito de Cima da Serra.

<sup>37</sup> Relatório da Comissão nomeada pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo para diagnosticar os problemas existentes no município, datado de 15 de junho de 1845. Arquivo Histórico de Rio Pardo.

“... Não é só no interesse do Distrito da Serra que a comissão lembra a facilitação deste caminho: por ali é fácil abrirem-se mais breves e cômodas comunicações com o município de Cruz Alta, e por este modo mais uma fonte de prosperidade para o nosso ...

“... é do nosso entender igualmente aplicável ao Caminho da Encruzilhada, freqüentemente interceptado pelo Capivary, e que entretanto é um dos canais mais proveitosos para o nosso comércio; como aquele um dos Distritos mais produtores e dignos de atenção. “Neste artigo das pontes e de estradas, não sem designar deixou a comissão para o fim a Ponte de Rio Pardo (...). Essa construção (...) é não obstante insuficiente para as necessidades do comércio local ...

“Em igual estado se acha o nosso desembarque e de iguais obras precisa. Não parece que a nossa Vila seja um lugar de comércio, um depósito forçado de grande parte da Campanha, quando vemos tão descuidados os meios e facilidades do Comércio ...”<sup>38</sup>

O interesse do comércio se confunde com os interesses do próprio município. Claro que, muitas vezes, as demandas dos vereadores estavam fundamentadas na visão de que “as populações do município” eram prejudicadas pela falta de infra-estrutura. Estas manifestações, no entanto, expressam uma estratégia político-ideológica de convencimento do Governo Provincial da necessidade de investimentos no município. Na base de todas essas manifestações estavam os interesses comerciais daqueles que realizavam seus negócios nas regiões de abrangência de Rio Pardo. Não é demais afirmar que as principais demandas relacionavam-se diretamente com a melhoria da infra-estrutura necessária para o comércio: a ponte do Rio Pardo, as estradas ligando Rio Pardo com os Campos de Cima da Serra, o porto, todas demandas importantes para o transporte de mercadorias comercializadas pelos comerciantes do município.

### Conclusões

Analisar pressupostos políticos e ideológicos implica conceber que, sob determinadas condições históricas, sujeitos sociais articulam e re-articulam suas práticas, suas representações, seus projetos políticos em contextos muitas vezes contraditórios e marcados por tensões decorrentes da existência de forças sociais antagônicas.

As classes dominantes em Rio Pardo na primeira metade do século XIX, constituídas predominantemente por comerciantes e militares, foram originadas na própria expansão

<sup>38</sup> Relatório da Comissão nomeada pela Câmara de Vereadores de Rio Pardo para diagnosticar os problemas existentes no município, datado de 15 de junho de 1845. Arquivo Histórico de Rio Pardo.

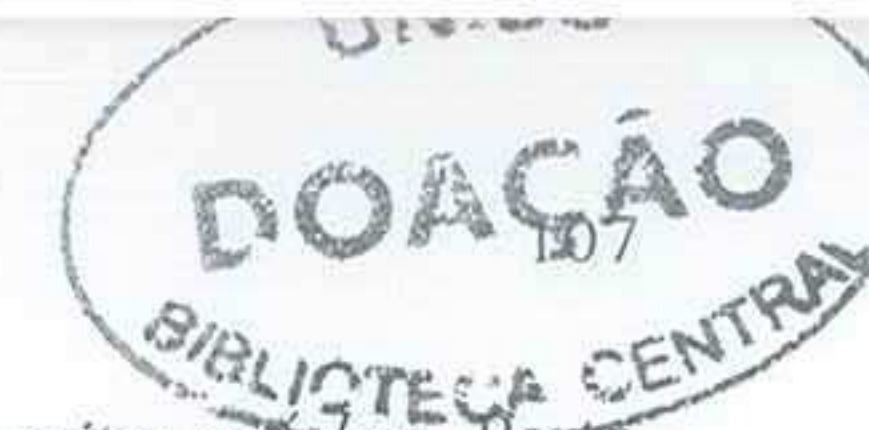
do Império Português no sul do Brasil. Formaram-se enquanto classe, nesse sentido, confundindo seus interesses com os próprios interesses imperiais na região. Além disso, as relações estabelecidas pelos comerciantes rio-pardenses com o Governo Imperial (concretizada fundamentalmente através dos governos provinciais, representantes do Império na Província) e com comerciantes do Rio de Janeiro eram importantes para a realização de seus interesses corporativos. Com os comerciantes do centro do País realizavam trocas comerciais, muitas vezes em condição de dependência, pois buscavam naqueles recursos financeiros necessários para a realização de seus negócios na região. Do governo, os comerciantes dependiam de recursos financeiros para o melhoramento da infra-estrutura do município, essencial para a expansão de seus negócios.

Essas condições determinavam uma direção ao comportamento político hegemônico entre as classes dominantes em Rio Pardo. Seus interesses corporativos, cuja realização muito dependia de uma boa relação com forças sociais do centro do País e principalmente do governo, não convergiam com os interesses daquelas forças sociais que estiveram à frente na rebelião farroupilha, desejosas dessas de mudanças nas condições econômicas e políticas da Província Rio-Grandense e mesmo das relações desta com o Império.

Nesse contexto, as classes dominantes em Rio Pardo apostaram na manutenção – sem ameaças e nem rupturas – das relações da Província com o Império, ainda que sob determinação da política centralizadora defendida pelo Império. Daí seu conformismo legalista em relação às políticas imperiais na Província do Rio Grande num momento em que essas políticas eram ameaçadas.

#### Referências Bibliográficas

- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.
- FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: VÁRIOS AUTORES. *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, pp. 110-121.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo público do estado do Rio Grande do Sul.
- LAYTANO, Dante de. *A cidade e o comércio: memória documental das origens da economia citadina do antigo município do Rio Grande do Sul ao tempo da colônia e monarquia*. Porto Alegre: Continente, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1946.



LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande do São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil na América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 20 (39): 115 – 134, 2000.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: VÁRIOS AUTORES. *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, pp. 5-29.

\_\_\_\_\_. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PICCOLO, Helaga I. L. A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: VÁRIOS AUTORES. *A revolução farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, pp. 30-60.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO. Arquivo histórico de Rio Pardo.

QUEVEDO, Júlio & TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul: aspectos da história*. 5. ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

REZENDE, Marina de Quadros. *Rio Pardo: história, recordações, lendas*. 3. ed., Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1993.

SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo - RS: atuações comerciais e relações sociais (1800-1835)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1998. (Dissertação de Mestrado)

VARELA, Alfredo. *História da grande revolução - o ciclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933.